



Câmara Municipal de Niterói
GABINETE DO VEREADOR DANIEL MARQUES FREDERICO

Projeto de Lei Nº 00048/2016

Instituí e autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder o benefício de desconto e ou isenção de tributos para quem adotar um ou mais animais domésticos, através de entidades cadastradas e dá outras providencias.

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder desconto ou isenção de tributos às pessoas físicas ou jurídicas que adotem animais domésticos no município de Niterói.

§ 1º São tributos municipais passíveis de desconto ou isenção

- a) IPTU;
- b) ISS;
- c) ITBI;

§ 2º Fica estabelecido que as pessoas interessadas em adotar um animal doméstico, deverão efetuar um cadastro junto ao órgão municipal competente e fornecer as informações necessárias, além de assinar um termo de responsabilidade.

§ 3º A adoção a que se refere o artigo 1º desta Lei deverá se efetivar junto à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade - SMARHS ou Secretaria de Saúde através do Centro de Controle de Zoonoses - CCZ, canis públicos, estabelecimentos oficiais congêneres, campanhas de adoção cadastradas pelos órgãos competentes ou em local indicado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º O percentual de desconto será definido pela própria prefeitura, devendo seguir o critério da necessidade e possibilidade da pessoa física ou jurídica.

§ 5º Para efetivação do benefício deverá o adotante ser cadastrado e firmar Termo de Responsabilidade com o órgão municipal responsável, autorizando o Poder Executivo a fiscalizá-lo sem prévio aviso.

§ 6º Animais domésticos adotados que integrarem o projeto serão identificados por meio de fotos e/ou chips.

Art. 2º. Para fins de manutenção do benefício previsto nesta Lei, deverá o adotante enviar a cada 6 (seis) meses ao órgão municipal responsável, documentação que comprove o bom cuidado do animal adotado, mantido em local seguro e em condições favoráveis à sua dignidade.

Parágrafo Único. As Entidades de Proteção aos Animais e Ongs, cadastradas junto à Prefeitura Municipal, poderão realizar a doação de animais recolhidos, porém, o procedimento deverá ser acompanhado pelo Poder Público, que autorizará o incentivo fiscal.



Câmara Municipal de Niterói

Art. 3º. Em caso de descumprimento desta lei, havendo a soltura do animal ou maus tratos, o infrator incorrerá em multa prevista na Lei Municipal nº. 3153/2015.

Art. 4º. O incentivo tributário que consiste na isenção ou redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários de imóveis residenciais fica vinculado à devida apresentação anual de relatório de comprovação de permanência do animal em sua residência.

Art. 5º. A isenção ou redução de que se trata no art. 4º será fixada em porcentagem estabelecida pela Administração Municipal.

Parágrafo único. O desconto ou a isenção a que se refere o artigo 1º desta Lei se extingue com a morte do animal adotado.

Art. 6º. O incentivo fiscal desta lei apenas será concedido aos contribuintes quites com suas obrigações tributárias para o Município.

Art. 7º. A administração deverá avaliar os casos de forma individual, após o requerimento do contribuinte, obedecendo os princípios que regem a administração pública.

Art. 8º. É dever do Poder Executivo Municipal:

§1º Realizar campanhas de conscientização pública sobre a relevância da adoção de animais;

§2º Monitorar e avaliar, periodicamente, o cumprimento do disposto nesta Lei.

§3º Manter o cadastro e o controle dos adotantes, colônias de animais, protetores e das campanhas de adoção;

§4º Orientar os adotantes em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais, conforme positivado na Lei 3153/2015.

Art. 9º. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 10. Esta lei entra em vigor trinta (30) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta Lei tem o objetivo de frear a demanda crescente de animais de rua e visa dar ao Poder Público Municipal, uma alternativa para ajudar a resolver a questão dos animais abandonados, bem como a superlotação nas ONGs, abrigos para animais e principalmente nas casas dos protetores.

O intuito é oferecer um incentivo para que as pessoas acolham os animais de rua ou aqueles que vivem em abrigos e canis de ONGs (Organizações Não Governamentais) e entidades cadastradas. Esse benefício fiscal seria um incentivo a mais para adoção desses animais.



Câmara Municipal de Niterói

Vale ressaltar que o presente PL coaduna com a Lei Municipal Nº. 3153/2015, sendo necessária para melhor aplicação da mesma.

15 de Março de 2016

VEREADOR DANIEL MARQUES FREDERICO